

Análise da trajetória de um projeto de extensão em economia solidária: reproduções e possíveis rupturas

Autores: Ana Cláudia Giannini Borges ()
Ana Paula Leivar Brancaloni (UNESP)

Resumo

Este artigo discute a trajetória de um Projeto de Extensão da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias de Jaboticabal, que tem por objetivo o trabalho com grupos para o desenvolvimento de auto-suficiência e autogestão. Adotou-se uma metodologia qualitativa, tendo como instrumento de coleta de dados a análise documental dos registros de supervisões e trabalhos realizados no Projeto, no período de 2004 a 2007. Além disso, também foram utilizados os dados obtidos em questionários padronizados, aplicados aos ingressantes do Curso de Administração nos anos de 2005, 2006 e 2007.

Palavras-chave: Autogestão; Economia solidária; Extensão universitária.

1. Introdução

Processo de trabalho e Economia Solidária

As transformações sócio-econômicas, que se intensificaram no Brasil, principalmente a partir da década de 90, com a ascensão das políticas neoliberais, resultam em um panorama cada vez mais inquietante, tendo-se por pressuposto a garantia da dignidade humana como aspecto fundamental a ser perseguido. Isto porque, ainda que o Estado, no Brasil, nunca tenha se configurado dentro de um modelo de *bem estar social*, teve sua atuação cada vez mais diminuída na regulação da relação capital-trabalho e no atendimento das demandas sociais. No caso destas últimas, foram atribuídas como responsabilidade da sociedade civil, através de organizações ou grupos. Assim, questiona-se o caráter emancipatório do crescimento do Terceiro Setor a partir deste período (MONTAÑO, 2002).

As mudanças na organização da produção, com a crescente automação e utilização das tecnologias de informação, e no mundo do trabalho, com a implementação de outros modelos de gestão que não só “taylorista-fordista”, trazem novas nuances para a organização dos trabalhadores. Assiste-se a um aumento do desemprego estrutural e à perda de barganha dos sindicatos, que assumem um caráter cada vez maior de negociação e busca pela manutenção dos empregos. Com a diminuição e precarização dos empregos formais, tem-se um aumento significativo da informalidade e da tercerização de serviços, através de falsas cooperativas que se prestam à diminuição dos encargos trabalhistas por parte das empresas. Assim, observa-se um número cada vez menor de trabalhadores que possuem empregos. Todavia, constata-se um crescimento do que Antunes (1995) denomina de “*classe-que-vive-do-trabalho*”. Para o autor, a diminuição estrutural do emprego, não elimina a centralidade da categoria trabalho na sociedade atual.

Frente a este quadro, nota-se um acirramento da desigualdade social e da busca por alternativas de geração de trabalho e renda, para um número de desempregados cada vez maior.

A economia solidária tem se disseminado cada vez mais como uma possibilidade de sobrevivência das camadas da população excluídas do mercado formal de trabalho. Manifesta-se sob diferentes formas organizativas, construídas sobre princípios gerais que fundamentam a prática da autogestão, caracterizada por tomadas de decisão mais

democráticas, relações sociais de cooperação entre pessoas e grupos e pela horizontalidade nas relações sociais em geral (COUTINHO; BEIRAS; PICININ; LUCKMANN, 2005). Assim, constrói-se uma forma de produção, consumo e distribuição de riqueza centrada na valorização do ser humano, que é alternativa à dimensão alienante do trabalho desumanizado. Compreende, ainda, um caráter multidimensional, envolvendo as dimensões: social, econômica, política, ecológica e cultural, tendo com perspectiva maior a construção de um ambiente socialmente justo e sustentável.

A ANTEAG (2005) delinea princípios e conceitos fundamentais em que uma formação em Economia Solidária deve-se basear, indicando, inclusive, estratégias de formação e recursos metodológicos. O primeiro deles, é o princípio de que o central na organização da sociedade é o ser humano, sendo esta a noção que deverá redefinir relações sociais, econômicas, produtivas e afetivas. Assim, “a formação em Economia Solidária precisa dialogar com o trabalhador, trazendo para o processo formativo o sentido que é dado pelas vivências e anseios do trabalhador” (ANTEAG, 2005, p. 21).

Outra consideração essencial, é acerca do conhecimento e dos conteúdos. Dentro desta perspectiva, não se trata de despejá-los nos trabalhadores, visto que isto não garante que os mesmos ganhem sentido e transformem-se em ferramentas para lidar com os problemas corriqueiros. Os sentidos só serão efetivamente construídos se os trabalhadores forem os sujeitos do processo, partindo-se de suas preocupações concretas, que sejam capazes de futuramente dialogar com preocupações mais universais e abstratas, possibilitando o reconhecimento do coletivo.

Portanto, é necessário superar a formação do trabalhador que privilegia apenas a mera execução de tarefas, e articular pensamento e ação. Desta forma:

Todos os trabalhadores da empresa/empreendimento são responsáveis, é preciso que adquiram uma visão organizacional estratégica do negócio e da sua relação com o campo político. Para isso é importante adotar uma prática pedagógica que tenha como centro o trabalhador e o significado que ele dá aos seus problemas e que, partindo desse significado, permita situa-lo em um contexto mais amplo mas não desvinculando de sua prática atual (ANTEAG, 2005 p. 21).

A partir destas considerações, colocamo-nos como foco de análise. Questionamos em que medida, é plausível pensar e atuar nesta perspectiva da economia solidária, dentro de um curso de Administração, em uma Universidade Pública, mais especificamente naquele em que nos encontramos. Quais são os limites? Quais são as possibilidades?

Questionando, primeiramente a Universidade, salta-nos a questão de qual papel, hegemonicamente, esta cumpre na sociedade atual. Temos uma Universidade realmente Pública, ou Estatal? Longe de compreender qualquer organização, enquanto algo linear, mas composta por relações sociais, chama-nos a atenção afirmações de Tragtenberg em um de seus livros escrito no ano de 1982. Nele, lança severas críticas aos papéis desempenhados pela Universidade e as perversões cometidas com o *slogan* do “atendimento à comunidade”. Ressalta as posturas assistencialistas e utilitaristas predominantes, que atendem aos interesses econômicos dominantes e pouco contribuem para a real busca de superação dos problemas vivenciados pela maioria dos brasileiros.

Não nos parece que as considerações deste autor estejam ultrapassadas. Ainda que tenha escrito há mais de 25 anos, deparamo-nos cotidianamente com enfrentamentos que nos reafirmam os impactos do modelo neoliberal dentro da própria Universidade.

Frente a este contexto, consideramos relevante manter o olhar crítico e atento às nossas ações implementadas, especialmente aquelas que nomeamos como “pretensamente” e “potencialmente” emancipadoras, sob a égide da busca da garantia da dignidade humana, afim de que não sejamos nós também reprodutores de perversões. Mas será possível essa ruptura?

2. O “Projeto” e os objetivos desse artigo

O projeto aqui discutido - “Suporte” -, inclui-se nas atividades de Extensão da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias da UNESP de Jaboticabal, sendo aprovado pela Pró-reitoria de Extensão da UNESP. É composto por 22 alunos do Curso de Administração e coordenado por duas docentes. Existe desde 2003 e passou por várias configurações.

A disposição, neste momento, é a de lançar um olhar analítico acerca destas várias etapas vivenciadas no Projeto, visando também uma compreensão de suas inter-relações com o Curso de Administração. Tem-se como objetivos específicos: analisar em que medida, nesta trajetória, foram reproduzidas práticas assistencialistas e autoritárias; se houve momentos de efetiva ruptura e construção coletiva; quais foram os limites encontrados e as perspectivas apontadas dentro de um trabalho de extensão, em Economia Solidária, no contexto em que este se encontra.

3. Metodologia

Para tanto, adotou-se uma metodologia qualitativa, tendo como instrumento de coleta de dados a análise documental dos registros de supervisões e trabalhos realizados no projeto, no período de 2004 a 2007. Além disso, também foram utilizados os dados obtidos em questionários padronizados, aplicados aos ingressantes do Curso de Administração nos anos de 2005, 2006 e 2007. Os nomes citados ao longo do trabalho são fictícios para a anonimidade das fontes.

4. Resultados e discussão

4.1 O Projeto destinado ao Terceiro Setor

Um primeiro dado relevante é o resultado de um questionário aplicado aos ingressantes, do Curso de Administração, no ano de 2006. Não diferente das perspectivas dos alunos que ingressaram nos anos anteriores, os motivos apontados para a escolha estavam ligados ao desejo de altas remunerações, associadas aos seus desempenhos enquanto futuros gestores, na medida em que garantissem lucros máximos para as empresas, nas quais trabalhariam; possibilidade de ocupar altos cargos de chefia; capacidades pessoais de liderar outras pessoas; ou não sabiam que curso escolher e optaram por administração, por considerarem uma “área ampla”. Como as afirmações abaixo:

Aluno 1 - Escolhi o curso de Administração porque quero ser o diretor de uma grande empresa do setor sucroalcooleiro e ganhar muito dinheiro.

Aluno 2 - Optei por Administração simplesmente pela expectativa de ter um alto salário.

Aluno 3 - Como não sabia o que prestar escolhi Administração por ser amplo.

As expectativas reincidivas acerca do Curso escolhido e da futura profissão, faz-nos pensar acerca de sua representação presente na sociedade. Não por acaso, a associação se dá restritamente ao mercado capitalista e às posições de “mando”, que coloca os demais na condição de subordinados que devem seguir e executar ordens. Lembra-nos, também, a origem da gerência. Conforme aponta Braverman (1981), suas origens estão atreladas à própria expropriação dos modos de produção dos trabalhadores e sua concentração na mão de poucos, bem como à divisão entre quem planeja e quem executa.

Como então um projeto de Extensão, que tem por objetivo o trabalho com grupos sociais e organizações para promoção da autogestão e auto-suficiência, pode encontrar espaço entre esses alunos? Seria incompatível a proposta de Economia Solidária dentro de um Curso de Administração?

Retomando a história, é necessário registrar que o Projeto não nasceu como uma proposta de trabalho em Economia Solidária e, talvez, somente por isso pode crescer, manter-se e se configurar enquanto tal.

A proposta inicial era desenvolver trabalhos com as Organizações Não Governamentais (ONG's) do Município. Iniciou-se com a aplicação de um questionário que visava construir um perfil do Terceiro Setor no município, promoção de *whorksops* para a apresentação e discussão dos resultados, com representantes das organizações, bem como ações que possibilitassem maior comunicação e articulação entre as mesmas.

Dentro desta configuração, foi amplamente aceito pelos alunos, que não o compreendiam enquanto "*crítica ao modelo vigente*". Contudo, clareava-se, cada vez mais, a permanência de uma demanda por uma ação assistencialista junto às ONG's atendidas. Observávamos a reprodução, naquilo que estas organizações desejavam que fizessemos, da forma como prestavam serviços aos seus atendidos. A cobrança era para que "*fizessemos por*", sendo bastante difícil qualquer ruptura, dentro de estruturas organizacionais bastante cristalizadas.

Notou-se, inclusive, uma extrema dificuldade em pensar, junto às ONG's, possíveis formas de democratização e apropriação dos processos de tomada de decisão e gestão. Mesmo porque, ainda que o poder público repasse a responsabilidade de responder às questões sociais, estas organizações e projetos, em maioria, são mantidos sob o seu controle, ao oferecer serviços contábeis e administrativos externos "gratuitos". Segundo dados apresentados por Lozano, Pereira, Brancaleoni e Rebehly, (2005), mais da metade das ONG's do município estavam vinculadas a uma associação coordenada pela Prefeitura Municipal que gerenciava boa parte das receitas e gastos dessas organizações. Assim, não se apropriavam de boa parte dos processos de gestão de finanças.

Não era incomum encontrar Organizações ou projetos que não sabiam, sequer, quanto gastavam mensalmente de energia elétrica, na medida em que a contabilidade era externa e esta conta paga pela Prefeitura. Assim, terceriza-se a responsabilidade pela resposta às demandas sociais, mas não possibilita a autonomia, ou mesmo um controle social mais efetivo. Assim, direitos fundamentais deixam de ser entendidos enquanto tal, bem como o seu atendimento como responsabilidade do Estado, sendo tratados como oriundos de atos generosos – "favores" - de instituições e/ou voluntários. Destarte, a própria atuação do projeto, também era resultado da ação de professores e alunos "*bem intencionados, dispostos a ajudar os mais carentes*", sustentava-se, portanto, nos pilares do assistencialismo.

Foram realizadas várias reuniões com representantes das ONG's e uma das principais demandas ao Projeto permanecia articulada ao auxílio na captação de mais recursos. Contudo, como dito, não conheciam ao certo quais eram suas despesas e receitas e, nem sempre, encontrou-se disponibilidade para sabê-lo.

Desta maneira, qualquer tentativa de estímulo ao planejamento mais autônomo das organizações, esbarrava na "falsa autonomia" que possuíam. Dentro desta configuração, percebemos, em muitos momentos, corroborando e fortalecendo esta perversão. Não se pode dizer, desse trabalho, enquanto uma ruptura ao modelo preconizado, embora esta não fosse a intenção, vale a máxima popular: "nos somamos ao inferno".

Avaliando o nosso trabalho, constatamos que nossa ação estava muito mais próxima ao "*fazer por*" do que ao "*fazer com*". Cabe salientar que tal posição é bastante sedutora, visto que

investe o extensionista de poder e o representa como “aquele que sabe e resolve”. Compreende-se, desta forma, o conhecimento como estático e acabado e nega-se a possibilidade de uma construção coletiva. Constatou-se, ainda, que a reprodução desta compreensão acerca do conhecimento, bem como de relações autoritárias também era mantida entre professores e alunos do projeto. Isto se clarifica na análise das “Supervisões” que consistiam em momentos em que os alunos apresentavam o resultado de suas visitas nas ONG’s e os professores indicavam os futuros encaminhamentos. Assim, nesta relação os alunos também não eram agentes.

Houve a desistência de um número grande de alunos, na medida em que questionávamos o nosso papel e constatávamos a importância de associarmos a pesquisa às nossas ações. Observamos, também, a fragmentação do nosso pensar e agir, que buscamos superar pela implementação da pesquisa dentro de uma perspectiva da pesquisa-ação. Abandonou-se o planejamento prévio de nossas ações, que era realizada distante dos sujeitos para os quais se destinavam, e adotamos a construção de diagnósticos em conjunto com os próprios grupos, com a perspectiva da participação ativa também dos alunos.

Ainda que não tenhamos abandonado a atuação junto às ONG’s, esta foi bastante diminuída, mesmo porque reconhecemos que não seriam os melhores meios para a disseminação de posturas mais autônomas, democráticas e auto-suficientes.

4.2 O encontro com a Economia Solidária

A aproximação com a Economia Solidária, deu-se a partir do reconhecimento dos limites e reproduções das ações até aquele momento. O fato de pautar-se nos pilares da autogestão e emancipação dos grupos aponta para a possibilidade de um trabalho menos calcado na reprodução. Contudo, não idealizamos que a adoção dessa perspectiva de trabalho isente a possibilidade de que as atuações assumam um caráter perverso de manutenção e reprodução da exclusão ou inclusão perversa desses grupos.

Assim, partimos para a atuação junto aos grupos para geração de trabalho e renda. Neste momento, percebemos uma mudança no perfil dos alunos que buscavam e trabalhavam no Projeto Suporte. Em grande maioria, agrupávamos aqueles que, na escolha pelo Curso, não “sabiam ao certo o que queriam prestar e escolheram administração por ser uma área ampla”.

O Projeto passou a ser associado ao “*Social*” - como na fala de uma estudante: “*o lado B do Curso*” - o que, na representação de muitos alunos, não seria pertinente à formação de Administradores. Para ele, não caberia no curso senão o discurso único da maximização dos lucros, competitividade e liderança (centralizada na mão de um grande gestor). Esta resistência ficou explícita pela pequena participação de alunos, daqueles que não trabalhavam no Suporte, nas quatro edições do Colóquio de Economia Solidária organizado pelo Projeto. O sentimento existente para a grande maioria dos alunos do curso de Administração é que “*não seria muito gentil*” criticar o modelo sócio-econômico vigente, não sendo aconselhável falar ou ousar sonhar em saídas que não fossem representadas como consiliatórias ao Capital.

A Universidade é o lugar da diversidade e espaço propício ao debate de posições e idéias, assim, entendemos que, independente do Curso, o espaço da crítica deve ser preservado. Mesmo porque, caso contrário, teríamos que reconhecer que se atingiu o ponto máximo do quadro de “*delinqüência acadêmica*” que Tragtenberg (1982) já apontava e tanto temia. Como afirma o autor:

A separação entre “fazer” e “pensar” se constitui numa das doenças que caracterizam a delinqüência acadêmica – a análise e discussão dos problemas relevantes do país constitui um ato político, constitui uma forma

de ação, inerente à responsabilidade social do intelectual. A valorização do que seja um homem culto está estritamente vinculada ao seu valor na defesa de valores essenciais de cidadania, ao seu exemplo revelado não pelo seu discurso, mas por sua existência, por sua ação. (TRAGTENBERG,1982, p.22)

Dentro desse contexto, o Projeto também sofreu mudanças e atualmente traz como objetivo “*apoiar grupos e organizações da sociedade civil em seus processos de gestão para autonomia e auto-suficiência*”. Configura-se em quatro frentes:

- Trabalho com os grupos: em reuniões semanais são discutidos os principais problemas de gestão e organização, vivenciados pelos mesmos; traçadas metas e formas de solução.
- Formação: a partir dos problemas levantados nas reuniões com os grupos, são construídos cursos de formação. Estes cursos, vão desde conhecimentos básicos como leitura, escrita e informática, até para o desenvolvimento coletivo e implementação de ferramentas de gestão específicas à realidade que vivem.
- Formação de redes: construção de espaços de encontro e trocas entre os diversos grupos apoiados pelo Projeto Suporte. Existe, inclusive, um jornal em que também podem divulgar suas experiências cotidianas e conhecimentos.
- Pesquisa: reflexão e construção de conhecimentos acerca das ações construídas com os grupos.

No momento da escrita deste artigo, o trabalho é desenvolvido em parceria com quatro grupos: de mulheres artesãs, de produção e comercialização de hortaliças, de triagem e comercialização de lixo e de produção e comercialização de pães e bolos. Há também três ONG's.

O trabalho com os grupos nos ressaltou, cada vez mais, quanto os “*conhecimentos de manuais*”, que ditam ferramentas e modelos padronizados de ação, não são suficientes para atender a complexidade e riqueza dos processos de gestão nestes contextos. Assim, foi necessário romper com a postura de “*técnicos detentores do saber*” e buscar uma aproximação com os seus cotidianos, para assim construir métodos e ferramentas mais eficazes. Como afirmou uma aluna:

Não adianta ir e fazer como fala no livro que não funciona. A gente precisa construir ferramentas adequadas para o grupo.

Estas constatações nos remetem a Silva (2002). A autora indica que o mais sério erro dos projetos que visam a emancipação e promoção de cidadania é a restrição à transmissão de informações e técnicas. Na medida em que não valorizam os processos, pelos quais, estas são decodificadas e re-significadas pelos grupos que as recebem, não obtêm os resultados planejados. Evidencia-se, desta forma, que mesmo que a informação seja clara, objetiva e adequada aos diferentes tipos de segmentos da população, ela, em si, não garante a sensibilização pessoal ou do coletivo e, portanto, não resulta na incorporação de um novo conhecimento ao cotidiano.

Somente intervenções que ultrapassam a mera transmissão de conhecimentos técnicos e consideram as representações, sentidos e significados socialmente partilhados, podem efetivamente se constituir enquanto facilitadoras da reflexão e construção de uma consciência crítica. Estas possibilitam, ainda, a integração dos aspectos emocionais e cognitivos envolvidos nas tomadas de decisões e na adoção de novas atitudes e práticas.

Destarte, a promoção do Protagonismo Social só pode se dar por meio de intervenções pautadas em metodologias participativas, em que sejam privilegiados o diálogo e o

conhecimento mútuo de valores, experiências e afetos, tendo como pressuposto básico o homem situado e contextualizado, sendo ele o centro deste processo de transformação (SILVA, 2002).

Assim, almeja-se ultrapassar a pura e simples capacitação entendida enquanto apropriação de novas informações ou esquemas de interpretação do real. Ao contrário, busca-se consolidar, com os grupos, um local onde sejam exercidas as capacidades de pensar, analisar, sistematizar, formular proposições, sobre o que ocorre no mundo do trabalho e na sociedade, bem como, as possibilidades existentes para a prática política.

Concebe-se, desta forma, que o conhecimento só pode ser produto da experiência social, sendo resultante do diálogo entre os diferentes sujeitos de vivências, saberes e direitos e não apenas de uma produção científica de caráter solitário. Estabelece-se o desafio de um trabalho que visa articular e integrar o saber-fazer do público ao qual se destina, objetivando garantir seu efetivo envolvimento e mobilização (VÉRAS, 2000).

A perspectiva de conhecimento, enquanto um produto relacional e social, traz também a problematização do lugar do cientista social na intervenção, tornando visível que este também se constitui um sujeito com suas crenças, representações e significações e que ocupa um lugar social. Com esta clarificação, potencializam-se as possibilidades de construção de conhecimento na interação deste com o grupo (CAMPOS, 2001). Dentro deste prisma, podemos compreender o importante espaço formativo que o projeto pode vir a se constituir para os alunos e seus docentes. Como disse a aluna integrante do projeto:

A gente vai aprendendo com eles (grupos) como fazer de um jeito melhor. Vai inventando coisas...

Entendendo o conhecimento enquanto produto relacional, podemos ainda dizer que a configuração atual do projeto, mesmo que provisória, pois o conhecimento também é inacabado, resulta deste aprendizado conjunto grupo/apoiadores. Aponta-nos, ainda, caminhos para a desconstrução de imagens estereotipadas acerca do curso de administração e do exercício desta profissão, superando o reducionismo da representação do gestor “enquanto aquele que manda e é obedecido por seus subordinados”. Conforme afirmou uma aluna:

A gente acaba percebendo que a administração é muito mais ampla do que a gente imaginava, que não é só pensar formas de mandar e o outro obedecer para aumentar lucros.

Há que se dizer, ainda, que a articulação do projeto de extensão com a pesquisa e o ensino (tripé que sustenta a Universidade) fortalece a possibilidade de crítica. Não falamos da extensão entendida enquanto assistência ou mera difusão de conhecimentos superiores produzidos nos cânones da Universidade, mas aquela que é parte integrante do próprio processo de construção do conhecimento, o que reforça a indissociabilidade dos elementos desse tripé, que deve ser a base desta Instituição. Pois a extensão, dentro desses parâmetros, impele-nos a uma constante reflexão acerca de nossas bases teóricas, possibilita-se a relação imbricada da teoria e da prática compromissadas com a realidade social. Reafirmam-se, assim, os riscos de se converter a Universidade em mera disseminação de técnicas, como se fosse possível um educação de caráter neutro.

Portanto, podemos dizer que a participação na construção desta trajetória do Projeto possui e possui um caráter formativo também para os apoiadores, que transformam a si e a suas práticas ao atuarem coletivamente sobre a realidade. Talvez esta seja a principal perspectiva apresentada pela análise do construído até então.

No que se refere aos resultados do trabalho que vem sendo desenvolvido com os grupos, constata-se que os mesmos atingiram um grau significativo de independência em seus

processos de gestão, construindo coletivamente soluções para os problemas que emergem. Além disso, contestam as interferências e tentativas de imposição de condutas tanto por parte do poder público municipal ou de qualquer elemento externo ao grupo.

5. Conclusões

A análise da trajetória deste projeto nos aponta momentos concretos em que, na tentativa de promover emancipação, acabamos reproduzindo perversões. Isto ressalta a importância da manutenção de olhar crítico permanente sobre nossas ações. Dentre os principais entraves encontrados estão: as próprias representações cristalizadas acerca da formação em Administração e do futuro desta profissão; a difusão e a redução ao uso de manuais; a compreensão do conhecimento como algo neutro e estático; o conservadorismo da própria Universidade; as representações acerca dos grupos como desprovidos de saberes e incapazes de compreender os próprios processos que vivenciam e as expectativas e práticas assistencialistas arraigadas.

Por outro lado, remete-nos, também, que as possibilidades de superação e ruptura só se estabelecem na medida em que se abstêm da posição do “*acadêmico dotado do saber*”, colocando-se disponível para estar e construir com os grupos. Portanto, reforça-se a necessidade do uso de metodologias participativas e da construção coletiva de ferramentas de gestão e tecnologias sociais. Dentro destas relações é possível o desenvolvimento de alunos, professores e grupos; trata-se, portanto, de um processo formativo de muitas vias.

Assim, pensar em economia solidária na Universidade e, mais especificamente no Curso de Administração aqui em questão, possibilita ampliar horizontes, questionar manuais, condutas, certezas. Trazendo para a Universidade os princípios da Economia Solidária que afirmam o ser humano como ponto central na organização da sociedade e o conhecimento enquanto sentidos construídos e reconhecidos coletivamente, resgata quais devem ser os seus nortes enquanto Instituição de Ensino Superior. Vale ainda ressaltar que, nas relações com os diversos agentes sociais, somos lembrados do caráter Público da Universidade em que estamos e dos desafios que enfrentamos em sua construção cotidiana e contínua.

Referências

- ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária., 2005. *Autogestão e economia solidária: uma nova metodologia*. (vol. 2). Ministério do Trabalho.
- ANTUNES, R. 1995. *Adeus ao trabalho?* Campinas: Cortez/UNICAMP. 155 p.
- BRAVERMAN, H., 1981. *Trabalho e capital monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar Editora.
- CAMPOS, R.H., 2001. Psicologia comunitária, cultura e consciência. In: CAMPOS. *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis: Vozes Editora.
- COUTINHO, M.C.; BEIRAS, A.; PICININ, D.; LUCKMANN, L., 2005. Novos caminhos, cooperação e solidariedade: a psicologia em empreendimentos solidários. In. *Psicologia e Sociedade*. v. 17 n.1. jan/abril. Porto Alegre.
- MONTAÑO, C., 2002. *Terceiro Setor e questão social*. São Paulo: Cortez.
- LOUZANO, P. H. M.; PEREIRA, F.; BRANCALEONI, A. P. L.; REBEHY, P. C. P. W., 2005. Perfil de organizações do Terceiro Setor do município de Jaboticabal. In: XII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social, 2005, Belo Horizonte. *Cadernos de Resumo do XII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social*.
- SILVA, R.C., 2002. *Metodologias participativas para trabalhos de promoção de saúde e cidadania*. São Paulo: Vetor Editora.
- TRAGTENBERG, M. 1982. *Sobre Educação, Política e Sindicalismo*. São Paulo: Cortez Editora.
- VÉRAS, R., 2000. Notas sobre educação participativa num contexto de mudança social. In. GARCIA, R.L. *Aprendendo com os movimentos sociais*. Rio de Janeiro: DP&A Editora.

